

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.782.732 - TO (2018/0311774-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**RECORRENTE** : **INTENSICARE UTI OSVALDO CRUZ LTDA**  
**ADVOGADO** : **MURILO SUDRÉ MIRANDA E OUTRO(S) - TO001536**  
**RECORRIDO** : **GAMA SAÚDE LTDA**  
**ADVOGADOS** : **ABRÃO JORGE MIGUEL NETO E OUTRO(S) - SP172355**  
: **CAROLINA NEVES DO PATROCÍNIO NUNES - SP249937**  
**RECORRIDO** : **SUELY BARBOSA GOMES DE SOUZA**  
**ADVOGADO** : **ESLY BARBOSA CALDEIRA - TO004388**

**DECISÃO**

Trata-se de dois recursos especiais, sendo o primeiro interposto por GAMA SAÚDE LTDA., com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição da República, e o segundo interposto por INTENSICARE UTI OSVALDO CRUZ LTDA., fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, ambos em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, assim ementado (fls. 429-430):

**APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO MONITÓRIA. PLANO DE SAÚDE. CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO SOB A ÓTICA DA LEI 8.666/93. RESPONSABILIDADE DO ENTE PÚBLICO AFASTADA. AUSÊNCIA DE SOLIDARIEDADE DO SENADO FEDERAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. PROVA SUFICIENTE À CONDENAÇÃO. NULIDADE E CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO DEMONSTRADOS. AUSÊNCIA DE EXCESSO NA COBRANÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO INADIMPLEMENTO. JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DA CITAÇÃO. EXCLUSÃO DA CONSUMIDORA DO POLO PASSIVO DA AÇÃO. PARCIAL PROVIMENTO AO PRIMEIRO APELO E PROVIMENTO NEGADO AO SEGUNDO. 1- A Lei nº 8.666/93 veda a possibilidade de o ente público contratante vir a ser responsabilizado solidariamente por danos ou quaisquer encargos financeiros fruto da atividade empresarial, conforme segue a redação dos art. 70 e 71, § 1º, afastando, assim, qualquer modalidade de compartilhamento de risco. 2- Reconhece-se a ilegitimidade passiva do Senado Federal, sobretudo, pelo fato de o contrato administrativo, objeto dos autos de origem, ter excluído sua responsabilidade sobre os riscos do serviço prestado pelo plano de saúde. 3- Não logrou êxito a Ré em desacreditar as provas trazidas na inicial, por meio de outras admitidas em direito, apesar de ter-lhe sido oportunizado a ampla defesa, não havendo, pois, o que se falar em julgamento proferido exclusivamente com base em prova unilateral, bem como, em nulidade processual, por cerceamento de defesa. 4- A tabela de diárias e taxas juntadas pelo plano de saúde não vincula a relação obrigacional descrita nos autos, uma vez que o preço da diária em UTI, cuja internação é particular, pode variar de um hospital**

para outro. **5-** Não tendo a devedora se desincumbido do ônus de provar suposta irregularidade ou ilegalidade do crédito cobrado, deve ser mantida a obrigação, pois do contrário estar-se-ia viabilizando o enriquecimento sem causa. **6-** Diante da ausência de comprovação do pagamento de tributos, não há o que se falar em abatimento. **7-** Sendo a responsabilidade contratual, o termo inicial de incidência dos juros é a data da citação, conforme preceitua o art. 405 do Código Civil, sendo irrelevante a data do inadimplemento. **8-** Quanto à correção monetária, possuindo ela o objetivo específico de evitar a perda do poder aquisitivo da moeda, e, via de consequência, o prejuízo financeiro daquele que desembolsou certa quantia, deverá fluir a partir do momento em que a parte possuía o direito ao recebimento. **9-** Indevida a inclusão da consumidora no polo passivo da ação monitória, quando o motivo da negativa de cobertura dá-se em função de problemas administrativos entre o hospital e o plano de saúde. **10-** Parcial provimento ao primeiro recurso e provimento negado ao segundo. [grifou-se]

Embargos de declaração rejeitados (fls. 468-473).

Em suas razões de recurso especial (fls. 487-499), a primeira recorrente (GAMA SAÚDE LTDA) aponta, preliminarmente, violação aos arts. 42 e 45, do Código de Processo Civil pugnando pela anulação do acórdão objurgado.

Sustenta, em síntese, a necessidade da denunciação da União/Senado Federal à lide, invocando a Súmula 150 desta Corte Superior, tendo em vista a controvérsia sobre a responsabilidade contratual do ente público federal, quanto à natureza da obrigação por ele assumida decorrente de contrato administrativo, qualificando-a como solidária ou não à operadora do plano.

O acórdão recorrido ao analisar a tese de denunciação à lide do Senado Federal/União assim assentou (fl. 430):

Compulsando os autos, verifico que **o Senado Federal**, visando beneficiar seus servidores, dependentes e agregados, **firmou com a Apelante o contrato objeto da irresignação recursal**, sob os moldes da Lei de Licitações nº 8.666/93, de tal sorte que a contratada passou a ser responsável pelos encargos financeiros decorrentes da prestação de serviços médicos/hospitalares.

Nesse sentido, **entendo que o Senado Federal/União não tem legitimidade para figurar no polo passivo da demanda**, pois, tão somente, com autorização do servidor/beneficiário vinculado a este, faculta o uso do plano de saúde, e assim repassa à empresa GAMA SAÚDE LTDA os valores devidos por eventuais serviços prestados.

Alternativamente, pleiteia ainda a primeira recorrente a reforma do acórdão recorrido, por contrariedade ao art. 355, inc. I, do CPC, por considerar que houve cerceamento do direito da ampla defesa, ante a negativa de produção de outras provas, e neste cenário, pugna pela anulação da sentença que julgou antecipadamente o feito.

Já a segunda recorrente (INTENSICARE UTI OSVALDO CRUZ LTDA), em suas razões do recurso especial (fls. 503-514), aponta, preliminarmente, violação ao art.

# *Superior Tribunal de Justiça*

1.022, do Código de Processo Civil pugnando pela anulação do acórdão objurgado, e ainda assevera que houve negativa de vigência do art. 264 do CC, pois defende que a beneficiária do plano de saúde, SUELY BARBOSA GOMES DE SOUZA, é parte legítima, visto que tornou-se solidária ao assinar contrato de prestação de serviços hospitalares para a internação de seu dependente, não podendo aquele juízo ordinário ter afastado sua responsabilidade, sob pena de violação ao art. 492 do CPC, ao proferir tal decisão "ex officio", em julgamento *extra petita*.

Delimitada tal situação processual e fática, deve ser deslocada, quanto ao presente recurso especial, a competência de seu processamento e julgamento para as Turmas integrantes da Colenda Primeira Seção do STJ.

Ante o exposto, determino a remessa dos autos à Coordenadoria de Autuação de Processos Recursais para que proceda sua redistribuição a uma das Turmas que integram a Primeira Seção, nos termos do art. 9º, § 1º, I, do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator